

PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: UMA REALIDADE DE APATIA POLÍTICA

Fábio Júnio Gomes da Silva¹

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Fabio610junio@gmail.com

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo entender se o Programa Novo Mais Educação apresenta, e quais seriam, as melhorias na realidade da Escola Municipal Maria do Socorro Rodrigues da Silva em Altinho-PE. Inicialmente foi desenvolvido um percurso teórico-metodológico, que tonou possível o entendimento sobre o processo de integração, afirmação e modificação do Programa no contexto nacional. Os bases e teóricos utilizados para fundamentação da pesquisa foram, principalmente: Arendt (2006), Azzevedo (1997), Bobbio (1992), Brasil (2016) e Hofling (2001). A pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa e do tipo etnográfica, onde os dados foram coletados através da realização de entrevistas e da observação em campo. Conclui-se que o Programa tem atendido minimamente o seu objetivo de melhoria educacional por encontra-se numa realidade de apatia política onde a comunidade não reconhece e não valoriza as atividades do programa, outro fator é que os monitores em função não apresentam capacitação para conduzir as turmas, e as melhorias relacionadas ao PNME são apenas relacionadas ao comportamento e aquisição de atividades lúdicas para a escola.

Palavras-chave: Novo Mais Educação, Políticas Públicas, Políticas educacionais, Apatia Política.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido sob a problemática de entender se o Programa Novo Mais Educação apresenta, e quais seriam, as melhorias na realidade da Escola Municipal Maria do Socorro Rodrigues da Silva em Altinho-PE. Aqui foi considerado como objetivo geral Analisar o PNME identificando suas melhorias para a escola em questão, e, como objetivos específicos considerou-se Verificar se a gestão percebe melhoria do desempenho educacional e Identificar os benefícios do Programa na escola.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada classifica-se como um estudo de caráter qualitativo e etnográfico, onde o principal instrumento de coleta de dados utilizado foi a realização de entrevistas juntamente com a observação da realidade, sendo concluída pelo desenvolvimento de uma análise atenciosa sobre o que fora coletado.

¹ Graduando do 8º período de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste.

Para entender a pesquisa qualitativa, neste trabalho consideraremos as palavras de Denzin e Lincol (2006) que entendem a pesquisa qualitativa como um tipo de atividade situada que localiza o observador no mundo. Dessa forma, a prática que se desenvolve a partir da intencionalidade do pesquisador, devem servir-lhe para interpretar e dar visibilidade ao mundo, buscando transformar aquilo que é observado em uma série de representações e significações. Dessa forma, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa da realidade, isso significa que o pesquisador estudará as coisas como elas são, em cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que a realidade os confere. Portanto:

A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de matérias empíricas - estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produção culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais.[...]. Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo. Logo, geralmente existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Para tanto a pesquisa aqui desenvolvida também se classifica como etnográfica pelo objetivo do pesquisador em entender um contexto específico marcado por diferentes fatores de relações sociais. Pois, o mesmo fenômeno/objetivo desenvolvido pela pesquisa pode revelar-se de maneiras diferentes em outras realidades, os resultados entendidos e obtidos a partir desta são extremamente singulares e é desta singularidade, social, que surge a objetivação da pesquisa etnográfica. Conforme destacam Hammersley e Atkinson (1994) o valor da etnografia como método da pesquisa social está no fato da existência de uma variedade de modelos culturais e do o seu significado na compreensão dos processos sociais.

Conforme Moreira e Caleffe (2006) A pesquisa etnográfica segue algumas etapas que serão, também, adotadas nesta pesquisa. Essas etapas seriam: formulação de uma questão relevante a ser pesquisada, neste caso será investigada uma realidade referente ao Programa Novo Mais Educação, identificar o ambiente (grupo), que será uma escola de ensino fundamental na cidade de Altinho, introduzir a proposta de pesquisa para obtenção do consentimento, realizada através de diálogo com a gestão escolar, a coleta de dados, que se desenvolverá, principalmente, através da realização de entrevistas, e, por fim as descrições/análises que serão aqui adiante apresentadas.

Por fim, é significativo destacar que a entrevista como instrumento de coleta de dados é vista como:

uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo. (ROSA; ARNOLDI, 2006, p.17).

Assim, justifica-se a escolha da entrevista para contribuir com a construção deste trabalho por ser prática e capaz de atender a necessidade de obtenção de dados qualitativos para a construção desta pesquisa. O curto tempo ao qual se dispõe para o desenvolvimento da mesma é mais uma razão para utiliza-se deste instrumento, uma vez que, outras formas de análise e busca de informações podem se revelar como mais custosas.

O trabalho em campo foi desenvolvido dentro de uma carga horária de 15 horas, sendo estas utilizadas para as entrevistas e demais observações no contexto escolar, para tanto os contribuintes da pesquisa entrevistados foram aqueles envolvidos na gestão da instituição, compreendendo Gestor, Gestora Adjunta e Coordenadora Pedagógica.

- **Apresentação do Programa**

O Novo Mais Educação, programa observado neste trabalho, surge no ano de 2016 como uma reformulação do programa anterior. A reformulação surge através do argumento de que nosso país não alcançou as metas delineadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o Ensino Fundamental entre os anos de 2013 e 2015, não conseguindo atingir a meta de 6 e 7, estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

O Programa Novo Mais Educação instituído pela portaria nº 1.1444, apresenta como objetivo a:

Ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar que deverá ser implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer. (BRASIL, 2016, p.03)

Com a reformulação o foco do projeto passa a ser apenas nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, não mais de forma generalizada, como era realizado anteriormente. Este novo foco dar-se-á, conclui-se, pelo mesmo motivo que conduz a reformulação, a necessidade específica de atingir o desenvolvimento para tais disciplinas, uma vez que estas são as mais levadas em consideração nos instrumentos avaliativos nacionais. Dessa forma, quanto maior o tratamento para estas áreas, maior a possibilidade de se atingir as metas estabelecidas. No entanto, esta resolução também se funda na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que prescreve o desenvolvimento e domínio da leitura, escrita e cálculo, através de atividades complementares, como as bases para o amplo desenvolvimento da capacidade

de aprendizagem. Estes tratamentos devem ser seguidos complementando a carga horária de 5 ou 15 horas semanais no turno e contra turno escolar. É importante destacar também que o desenvolvimento das atividades pode ser conduzido por formação do trabalho voluntário, onde tanto os profissionais das escolas, quanto pessoas da comunidade, podem exercer as funções de monitores do Programa.

Outro aspecto que é apresentado como inovador pela reformulação é o tratamento prioritário para alunos com maiores dificuldades de aprendizagem e/ou em condições de vulnerabilidade social e as àquelas escolas que apresentam baixo índice de desenvolvimento em seus indicadores educacionais. Estas questões ficam expressas em tais diretrizes do programa, quando dizem que o mesmo busca:

A integração do Programa à política educacional da rede de ensino e as atividades do projeto político pedagógico da escola; o atendimento prioritário tanto dos alunos e das escolas de regiões mais vulneráveis quanto dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, bem como as escolas com piores indicadores educacionais; (BRASIL, 2016, p. 03)

Ainda há uma intenção no Programa Novo Mais Educação em relacionar e tornar mais próximas as ações existentes entre o “MEC, os entes federados e as escolas participantes; o monitoramento e a avaliação periódica da execução e dos resultados do programa e a cooperação entre união, Estados, Distrito Federal e municípios”. (BRASIL, 2016, p. 03).

No mais, no que diz respeito aos fundamentos que embasam e justificam as ações do Programa, são as mesmas apresentadas em sua perspectiva anterior, ou seja, àquelas que visam o amplo desenvolvimento social, inclusão e acesso à formação dos sujeitos participantes de suas atividades. As modificações trazidas pela reformulação apresentada em 2016 têm foco maior na estrutura do Programa e na forma como esta se aplica na realidade.

- **Aporte teórico**

Política

Para iniciar os tratamentos teóricos sobre os temas que serão percorridos no desenvolvimento deste trabalho, faz-se necessário iniciar pelo tópico ‘política’ uma vez que será aquele que perpassará todas as demais discussões.

Para se pensar um fim mínimo da política, Bobbio destaca que este seria “a ordem pública nas relações internas e a defesa da integridade nacional nas relações de um Estado com os outros Estados” (1992, p.958) Percebe-se que por mais que as formas de usar a

política e o seu poder possam ser variados de acordo com aqueles que o detêm, todos prezarão pela ordem e integridade perante suas decisões.

Diante disto, percebe-se que a política não acontece de outra forma se não através das inter-relações, do convívio e da constante movimentação de interesses e necessidades que compõem uma sociedade. A autora Hannah Arendt (2006), explica tal característica política através do conceito de *Zoon Politikon*, onde a mesma destaca que “A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação”. (p. 23). Dessa forma, entende-se que a política desenvolve-se conforme as necessidades que a vida em sociedade vêm a apresentar, e são essas necessidades que nos tornam políticos, uma vez que não possuímos naturalmente tal sentido.

Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas Educacionais

As Políticas Públicas podem ser entendidas como o Estado em ação, pois é através delas que o Estado colocará em prática os planos que corresponderão aos seus objetivos e que atenderão as necessidades da população de forma geral, assim como escreve Azevedo (2002):

As políticas públicas, já que constituem a materialização da intervenção e/ou regulação do Estado na sociedade e por isso podem ser definidas como o “Estado em ação”. De uma perspectiva mais concreta, as políticas públicas materializam-se nas instituições governamentais, sobretudo nas máquinas administrativas, permitindo que sejam visualizadas de maneira mais plausível. (p. 37)

Para tanto, estas políticas públicas são colocadas em prática através dos programas e projetos governamentais. De forma que estes projetos, devem corresponder às necessidades e demandas “oriundas de grupos organizados da sociedade que buscam a solução para determinados problemas por meio da ação governamental” (AZEVEDO, p. 38). Estes programas e projetos, além de buscar atender estas necessidades, estão, sobretudo, relacionados com o “projeto maior que está se tentando implementar para a sociedade e com os interesses e propostas daqueles que detêm poder de pressão e negociação”. (AZEVEDO, p. 38)

No entanto, conforme aponta Hofling (2001), as políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais, como pura responsabilidade do Estado. Estas políticas, conforme expõe a autora, são compreendidas como “de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada”. (p. 31) Assim, é importante perceber que estas políticas necessitam de

tomadas de decisões que sejam coletivas, considerando outros órgãos e agentes sociais que possam auxiliar do entendimento das necessidades da população de forma geral, independente de cor, raça, classe etc.

Já as Políticas Sociais, conforme apresenta a autora, são aquelas direcionadas pelas ações do governo em busca da diminuição das desigualdades surgidas a partir do desenvolvimento socioeconômico. Para a autora:

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HOFLING, 2001, p. 31)

Tais políticas buscam garantir as necessidades básicas para viver, como saúde, habitação, escola e etc. As Políticas Sociais surgem como uma estratégia do Estado em uma tentativa de amenizar as diferenças sociais para que a população não se revolte contra o mesmo por não conseguir essas necessidades básicas.

As Políticas Educacionais, no entendimento de Hofling (2001) constituem-se como políticas públicas de cunho social. Públicas porque conforme explica-se no termo, visam atender a todos de forma geral, uma vez que “a escolarização universal acabou por se tornar e se impor como um bem e uma conquista histórica da humanidade. Por isso, tornou-se alvo de políticas públicas e, portanto, da ação do Estado” (AZEVEDO, 2002, p.40). E também de cunho Social, porque as classes dominantes dispõem de outras fontes de escolarização que não as ofertadas pelas instituições públicas, assim obtêm uma formação escolar de forma mais ampla, o que gera uma desigualdade e torna difícil para as classes inferiores as competições sociais, como por exemplo de acesso ao ensino superior. Dessa forma, as políticas sociais também se direcionam para a educação na busca de tornar essa relação mais equilibrada, através, por exemplo, do programa a ser analisado nesta pesquisa e muitos outros como ele.

Ainda é importante destacar que as Políticas Educacionais também vão ser configuradas de acordo com os interesses do governo e a partir do projeto de sociedade como o mesmo pretende implementar, assim “cada governo vai privilegiar determinados níveis ou modalidades de ensino, criando programas e projetos diferenciados, de acordo com projeto político que queira implementar na sociedade” (AZEVEDO, 2002, p. 41). Por isso, muitas vezes os projetos educacionais podem estar condicionados a práticas e lógicas retrógradas para que as classes baixas não tenham ascensão social e continuem servindo aos interesses da burguesia

Educação

Para o entendimento e definição do papel da educação, serão consideradas as palavras de Gentili (2009) quando ele discorre sobre a importância da mesma ao analisar as considerações da Declaração de 1948 que trazem considerações mais humanísticas e para a educação classificando-a como um direito humano. Ele escreve que a educação:

Nos ajuda a nos comportarmos e a nos reconhecermos como seres humanos livres e iguais em direitos, a nos tratarmos de maneira fraternal, a lutar contra toda forma de escravidão e servidão, contra toda forma de discriminação, tortura e tormento, de aspiração colonial ou imperial; a educação protege-nos e é a defesa de nossa identidade, de nossa privacidade e de nossa honra, de nossa liberdade e da liberdade de todos, da dignidade, da felicidade (ela mesma, um bem comum), de toda liberdade de pensamento, do bem-estar, do acesso à riqueza acumulada, à saúde, à vivência plena de nossa sexualidade, nossa cultura e nossa moralidade. A educação é um direito humano fundamental porque é a base, o início e, ao mesmo tempo, a aspiração e o ponto de chegada de toda luta pela justiça social e pela igualdade, de toda luta contra a humilhação e o desprezo aos quais são submetidos milhões de seres humanos por terem nascido pobres. (p.15)

Entende-se então que a educação é a base para a vida e relações sociais saudáveis, bem como para o amplo aproveitamento da política e de seu verdadeiro papel, uma vez que, se fossemos capazes de entender o outro como igual e respeitá-lo de forma fraternal, não almejaríamos lançar sobre o mesmo, propostas que visassem o seu retrocesso ou a sua miséria. Porém, a educação também é a chave para que possamos lutar contra as injustiças que nos são cometidas; se ela nos proporciona o amplo reconhecimento do mundo e de nós mesmos, enquanto iguais, não teríamos receio ou passividade em buscar o reconhecimento do que nos falta.

Sobre a visão da educação como direito humano, destaca-se aqui, também, as palavra de Rodrigues (2013, p. 7) quando a autora escreve sobre os conceitos de educação e igualdade, concluindo a importância da educação para afirmação pessoal, através do entendimento si mesmo como um ser de direitos e de merecedor da igualdade, que tem a educação como base para a obtenção dos demais direitos humanos, sendo esta, o primeiro deles.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Retomando os objetivos da pesquisa, constatou-se através desta pesquisa que, segundo a gestão, o Programa Novo Mais Educação atingiu minimamente o seu objetivo de melhoria educacional, uma vez que em muitas das respostas os membros da gestão dizem que houve

uma melhoria, mas que não foi, ainda, o esperado. Constata-se isso em falas como as seguintes:

Eu percebo que houve esse avanço em questões como na leitura, compreensão de texto, a parte de matemática também, porque, por exemplo, muitos não sabiam nem fazer as quatro operações, e alguns já apresentaram melhoria nessa questão. E quando eu falo que não atingimos o esperado, falo sobre o que é esperado para o nível de escolaridade deles, para o ano em que eles estão. (GESTOR, ENTREVISTA, 2017)

Não 100% como a gente espera, mas teve uma boa melhora, porque uma questão que dificulta, é a não contribuição dos pais. Quando as atividades são aqui mesmo na escola, há uma melhora, mas quando as atividades são em outro local, eles não têm interesse. (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ENTREVISTA, 2017)

A gestão relata, em especial o Gestor, que houve um desenvolvimento dos alunos que participaram das atividades, mas que ainda assim, este desenvolvimento não bastaria para que o aluno seja classificado como estando devidamente pronto para o seu nível de ensino, ou ano no qual ele se encontra. Ele destaca que houve uma melhoria básica como, por exemplo, com alunos que não eram capazes de realizar as quatro operações básicas da matemática e que com as atividades do PNME, acabou por desenvolver a habilidade.

Foi possível confirmar que o Programa contou com os recursos necessários para o seu desenvolvimento, como confirma o Gestor em sua fala abaixo e também todas as demais respostas sobre as questões que envolvem os recursos.

Os recursos foram suficientes, a gente comprou material, como por exemplo, para as aulas de música nós compramos alguns instrumentos, para as aulas de futebol tivemos que comprar bolas e, fora isso, o material didático para português e matemática, desde caderno e lápis até massa de modelar, tinta... foram compradas besteiras. (GESTOR, ENTREVISTA, 2017)

Mesmo contando com os recursos, nota-se que há um número grande de outros fatores que apontam para o baixo desenvolvimento das metas do PNME. Inicialmente nota-se que a questão da falta de participação e incentivo da família, é uma constante a ser apontada pela gestão como motivo para a falta de interesse dos alunos pelas aulas. Isso fica expresso quando eles falam:

Também sinto que essa falta de interesse possa estar relacionada com a falta de participação dos pais, mesmo com os esforços da escola, com as reuniões, a gente sempre chamando e explicando, parece que os pais não têm interesse em incentivar os filhos para darem atenção ao Programa. (GESTORA ADJUNTA, ENTREVISTA, 2017)

Sim, o primeiro é conscientizar e convencer os alunos e os pais da importância do projeto, porque eles ficam dizendo “o meu filho não vai passar o dia inteiro na escola, porque se for assim eu prefiro tirar ele e colocá-lo pra estudar em outro colégio que não tenha isso...” essa seria a principal dificuldade. (GESTOR, ENTREVISTA, 2017)

Como fica exposto nas respostas expostas, a falta de conscientização da família sobre a importância das atividades do Programa é o que causa maior dificuldade de aproveitamento da iniciativa do mesmo. Dessa forma, os alunos não se mostram interessados, e, como destaca a Gestora Adjunta, todos os recursos e o espaço estão garantidos, mas falta a participação dos estudantes.

Nota-se que um possível motivo para a rejeição da família seria o fato de que algumas atividades estariam sendo desenvolvidas fora do ambiente escolar. E, como explica a Coordenadora pedagógica, quando as atividades são voltadas para a própria escola, há mais participação. Ela ainda destaca que, mesmo havendo o transporte escolar para a locomoção dos estudantes, essa participação não acontece.

Outra opinião que expressa o motivo pelo qual a participação no Programa é fraca, está exposta na fala do Gestor quando ele menciona uma das falas típicas dos pais que seria:

“o meu filho não vai passar o dia inteiro na escola, porque se for assim eu prefiro tirar ele e colocá-lo pra estudar em outro colégio que não tenha isso...” essa seria a principal dificuldade. (GESTOR, ENTREVISTA, 2017)

Isso revela que, de fato, a família não compreende muito bem os objetivos do Programa e, portanto, apresenta uma reação preconceituosa e de recusa no que diz respeito ao aumento da carga horária para o desenvolvimento das atividades.

Pode-se considerar que outro fator contribuinte para as avaliações do Projeto não atingirem as metas esperadas pela gestão, seja o alto número de estudantes nas turmas, pois quando a Coordenadora Pedagógica menciona que “Houve uma melhoria maior quando o número de alunos tirados de sala era menor, porque creio que facilitava o trabalho do monitor. (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ENTREVISTA, 2017) Nota-se que, quando havia menos alunos sob a responsabilidade do monitor, os alunos tinham um maior rendimento. Este fator, pode estar relacionado a falta de formação e/ou preparação dos monitores, uma vez o Programa possibilita a ação voluntária.

Essa questão é novamente mencionada quando se pergunta aos membros da gestão “No seu ponto de vista, considerando este objetivo, o Programa ainda teria algo a melhorar?” a partir deste questionamento obtêm-se as seguintes respostas:

Sim, mas o que eu acho que o que ele teria a melhorar, não seria exatamente no trabalho com o aluno e sim com a valorização dos monitores, porque é uma questão que desmotiva o monitor de trabalhar, elas ganham pouco e isso reflete em como eles desempenham as atividades. (GESTOR, ENTREVISTA, 2017)

Acho que sim, como mais capacitação e formação para os monitores. (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ENTREVISTA, 2017)

Assim, a gestão aponta que, realmente, o trabalho desenvolvido pelos monitores revela que os mesmos necessitariam de mais formação e capacitação, bem como, um melhor incentivo financeiro para o desenvolvimento das atividades.

Com relação ao objetivo de identificar os benefícios do PNME na escola, há uma ênfase dada a melhoria do comportamento dos alunos, onde os gestores apontam que os mesmos estariam mais dedicados e atenciosos, assim elas expressam que:

Noto também que os alunos se tornaram mais assíduos, mais participativos, mais interessados. Acho que o contato com essas atividades diferenciadas contribuíram para isso. (GESTORA ADJUNTA, ENTREVISTA, 2017)

As melhorias são do desempenho em relação aos conteúdos trabalhados e também ao comportamento dos alunos. (COORDENADORA PEDAGÓGICA, ENTREVISTA, 2017)

Mesmo não obtendo um grande avanço em relação as avaliações do Programa na escola, este, aparentemente, estaria possibilitando aos alunos um melhor relacionamento com o ambiente escolar e com as próprias aulas.

Por fim, um último destaque que mostra um benefício do Programa Novo Mais Educação seria, segundo o Gestor, a aquisição de momentos lúdicos:

A oportunidade que eles têm de intensificarem alguns conteúdos nas aulas, também o desenvolvimento das atividades mais lúdicas, não só a parte dos conteúdos de português e matemática, mas também a questão da dança, do esporte (...) (GESTOR, ENTREVISTA, 2017)

Estes momentos são importantes de se ter na escola para o amplo desenvolvimento da criança e seria uma aquisição devida ao PNME, mesmo que o Programa receba pouca atenção dos alunos.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta experiência mostrou que mesmo o Programa Novo Mais Educação disponibilizando de todos os seus recursos para o amplo funcionamento, há dificuldades, específicas do contexto observado, que o impedem de prosseguir. Destaca-se a falta de participação, interesse e incentivo das famílias como um dos principais fatores que amarram o amplo desenvolvimento das atividades através do preconceito sobre a realização dos momentos fora do ambiente escolar e, também, pela complementação da carga horária. Outro fator tem afetado a realidade do Programa através do observado, seria a falta de preparo e capacitação dos monitores, uma vez que os mesmos são voluntários. Contudo, as realizações do PNME, têm trazido para a escola, um ambiente com propostas mais lúdicas e que possibilitam um maior desenvolvimento da participação e assiduidade dos estudantes que se dedicam às mesmas.

Tecendo ainda algumas relações teóricas, é possível desenvolver uma relação entre o que foi vivenciado e as palavras de Bobbio (1986) quando o autor menciona as promessas não cumpridas pela democracia. Destaco aqui a sexta promessa não cumprida, que diz respeito à educação para a cidadania. A partir do que foi vivido nessa experiência, nota-se que grande parte da população não reconhece as oportunidades por ignorância de seus reais sentidos e/ou objetivos, e isso, conforme relata o autor, pode ser classificado como uma falta de tal formação/discussão política, a qual não foi ofertada amplamente para a sociedade, sendo este, um “fenômeno da apatia política, que frequentemente chega a envolver cerca de metade dos que têm direito ao voto” (p. 32).

O autor destaca que:

É através da discussão política que o operário, cujo trabalho é repetitivo e concentrado no horizonte limitado da fábrica, consegue compreender a conexão existente entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações cotidianas, tornado-se assim membro consciente de uma comunidade. (BOBBIO, 1986, p.32)

Destaca-se assim, a importância da formação política para que a sociedade seja capaz de atuar conscientemente perante sua realidade e diante das escolhas e oportunidades que surgem em sua frente.

No entanto, a existência de preconceitos diante de algo relativamente novo, não é algo a se menosprezar, este é um fato que expressa e possibilita um entendimento maior do cenário social e político atual, portanto, tem seu significado. Perante isso, Hannah Arendt escreve que:

A política tem de lidar sempre e em toda parte com o esclarecimento e com a dispersão de preconceitos, o que não significa tratar-se, no caso de uma educação para a perda de preconceitos, nem que aqueles que se esforcem para fazer tal esclarecimento sejam livre de preconceitos. (ARENDR, 2006, p. 29).

Conclui-se que a formação política é necessária para possibilitar a população uma maior capacidade de participação, no entendo, aquilo que revelar-se enquanto preconceitos e rejeição, deve ser levado em consideração como algo significativo para o entendimento da realidade.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como Política Pública.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BOBBIO, Nobert. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 1992.

_____. **O Futuro da democracia** – em defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Novo Mais Educação**: Documento Orientador. Versão I. Brasília, Out/2016.

BRASIL. **Programa mais educação: passo a passo**. Brasília: MEC, 2007.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (orgs). **O Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens; tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GENTILI, Pablo. **O direito à Educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. Campinas - SP: *Educ. Soc.*, 2009.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P.. **Etnografia**: Métodos de investigación. Barcelona: Paidós, 1994.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cad. CEDES* [online]. 2001.

MOREIRA, H.; CALEFFE L.G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. RJ: DP&A, 2006.

RODRIGUES, Valéria da Rocha. **Políticas Públicas e Educação do Campo**: Um debate sobre a Universidade e o Direito a Educação. UFMA, 2013.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.